

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 6, EM CATALÃO, QUE TRATA DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS.**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2013 (dois mil e treze), às 09:00 (nove) horas, no auditório do Palácio Pirapitinga, em Catalão, Estado de Goiás, foi realizada a Audiência Pública nº 6, convocada na forma legal, para discutir o projeto de reestruturação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás. Presentes representando a AGR, Humberto Tannús Jr, Conselheiro Presidente, Milton Pires Batista, Gerente de Transportes da AGR, Dalvina Nogueira Vasconcelos, Gerente de Comunicação da AGR e das técnicas do CEFTRU, Ana Sheila Silva Duarte e Leisy Mickaelly A. Teixeira. O evento foi aberto pelo Senhor Humberto Tannús Júnior, Conselheiro Presidente da AGR, que fez um relato do projeto desenvolvido pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes da Universidade de Brasília – CEFTRU/UnB. A seguir, ao nenhum participante manifestar disposição para efetuar perguntas escritas, passou-se a fase de debate. Maria de Lurdes, aluna do curso Ciência Sociais da UFG, moradora de Três Ranchos, quis saber qual o critério utilizado pela AGR para estabelecer o preço das passagens, certo? Qual critério que utilizam para estipular o valor do transporte a cada município. Ela quis saber sobre a possibilidade de se criar um site ou similar para se acompanhar os trabalhos da AGR. Humberto Tannús respondeu que as tarifas do intermunicipal são fixadas pela agência, assim como a de água e esgoto e as agências reguladoras buscam o equilíbrio e fazem fazer a intermediação entre o governo do estado que é o dono do serviço, as empresas que operam o sistema, e os usuários desse serviço. Disse também que a tarifa do transporte intermunicipal nos últimos cinco está ficando abaixo da inflação. O CEFTRU acrescentou que são levadas as considerações do coeficiente tarifário que é a base de cálculo para a tarifa, a taxa interna de retorno que é o que vai remunerar a concessionária sendo que a estimativa que mais pesa nos custos é a de frota. No caso do novo modelo de transporte, os coeficientes tarifários serão diferentes de lote para lote sendo a tarifa proporcional a quilometragem percorrida. O presidente acrescentou que a AGR tem um site e no caso da fiscalização, estas não podem ser divulgadas previamente por uma questão de estratégia. Vanderlei Solto, coordenador da rodoviária de Cristalina, perguntou como será a fiscalização nos terminais que não são mais ligados ao estado e estão sob responsabilidade municipal. Ele cita o caso de sua cidade como o ônibus que vai de Catalão para Brasília e chega a Cristalina já cheio. O presidente disse que desde 2011 a responsável pelos terminais é a Secretária de Infraestrutura e que a AGR faz a fiscalização desses locais. Disse que no início pensou-se em envolver os terminais na licitação mas a área jurídica da AGR entendeu tratar-se dois objetos diferentes. Falou que hoje a AGR já tem a radiografia de todos terminais sendo, que apenas 6 deles funcionam bem, alguns do estado outros são particulares; não foi definida ainda a modelagem dos terminais. Acrescentou que a AGR vai continuar fiscalizando os terminais e que eles vão ter que se aperfeiçoar. Falou que será revisto convênio com a ANTT. Um estudante de psicologia da UFG que se identificou como Rafael perguntou porque as licitações têm que ser de 15 anos e qual a possibilidade de uma tarifa zero no transporte intermunicipal. Humberto Tannús acreditar que o estado não tem condições de subsidiar tarifa zero PIS já tem outros encargos, como saúde e educação. Ele sise ainda que não se pode esquecer que vivemos num sistema capitalista e alguém vai ter que pagar o subsídio, neste caso, o próprio usuário, porque as empresas querem receber. CEFTRU respondeu que a fixação do prazo em 15 anos, ela entende que sempre exista a polêmica em relação a esse tópico, quando o assunto é concessão de serviços públicos e que existe uma tendência internacional de que os prazos sejam cada vez menores Nesta modelagem, foi autorizado 15 anos devido os estudos, que

53 indicaram ser este um período médio para que as empresas tenham retorno dos  
54 investimentos. Gislei Lemes Marques, mestrando em geografia da UFG e funcionário  
55 da Prefeitura de Ouvidor quis saber para quando serão as mudanças, pois a população  
56 tem pressa e que, com o último aumento, a passagem Catalão/Ouvidor passou de  
57 passou de R\$ 1,50 a R\$ 1,90 totalizando mais que 20%, quando a inflação fechou em  
58 seis e que, neste caso, a fiscalização deixou a desejar. O presidente da AGR respondeu  
59 que as tarifas são reajustadas anualmente e que, com o novo sistema, será  
60 estabelecida uma nova tarifa que não poderá ser superior a praticada hoje. Tri-  
61 anualmente será feita uma revisão deste valor. Quanto aos percentuais, acontece muito  
62 no estado, inclusive verificado pela Segplan, nos meses de janeiro, parte de fevereiro,  
63 julho e dezembro, a inflação do estado aumenta por responsabilidade do transporte  
64 intermunicipal e interestadual. Disse que o fato acontece em todo o Brasil e é  
65 fiscalizado. Se a empresa estiver praticando a tarifa maior que a autorizada ela será  
66 notificada e, após um prazo para se justificar, será multada e obrigada a ter tabela  
67 fixada nos ônibus. O prefeito de Goiandira, Erik Marcus dos Reis Cruz, disse ter uma  
68 dúvida em relação a linha ligando o município ao distrito povoado de Veríssimo e de  
69 Veríssimo a Ipameri e essa linha está inativa. Ele fez a denúncia porque os moradores  
70 estão sendo prejudicados. Tannús respondeu. O presidente respondeu que se o  
71 transporte for só do município para o distrito do município, a competência é do  
72 município. E que trabalho do CEFTRU não prevê deslocamento dentro do município. E  
73 que, caso haja necessidade, pode ser estudada uma exceção. O prefeito sugeriu todos  
74 os ônibus deveriam ter banheiros. Tannús respondeu que são cinco tipos de veículos,  
75 dependendo da distância pode ser microônibus, mas que, sendo ônibus, terá a melhor  
76 qualidade possível e que tudo está em anexo no edital. O prefeito sugeriu, então os  
77 municípios precisam de uma maior autonomia em cima das empresas, principalmente  
78 no tocante a fiscalização. O presidente da AGR disse aceitar a sugestão e que tal  
79 parceria poderia ser feita nos moldes dos convênios com a ANTT e que este pode ser  
80 firmado nos municípios com órgãos específicos para a área de transporte e trânsito  
81 como AMT e SMT. O prefeito Erik quis saber quem define o aumento da tarifa, a  
82 mudança de itinerário, mudança de horário etc e que os municípios deveriam ter  
83 participação nestas decisões. Tannús concordou concorda plenamente com o que leva  
84 maior participação dos municípios. Prefeito quis saber sobre administração dos  
85 terminais sendo informado que todos os municípios que quiserem a gestão dos  
86 terminais e dos ginásios o governo do Estado está disposto ao repasse.e que é só  
87 procurar a Secretária de Infraestrutura, em Goiânia. O prefeito quis saber, ainda, como  
88 funciona a definição da passagem, pois, uma hora aparece transporte urbano outra  
89 semi-urbano.Humberto Tannús explicou que urbano é dentro do município e que,  
90 chamado semi-urbano, não há uma legislação clara sobre isso e que, dentro do estudo,  
91 será adotado o seguinte: as ligações entre algumas cidades, dependendo da demanda,  
92 terá situação diferenciada e que o caso específico será estudado. Gottardo Mikame.  
93 estudante de Geografia e membro do Movimento Passe Livre parabenizou a AGR e  
94 disse ser a favor do passe livre, pois está na constituição o direito de ir e vir. Ele quis  
95 saber Como a AGR foi estudada especificidade de cada lote porque existe toda a  
96 ampliação do plano diretor e como a população desses bairros novos terão acesso à  
97 cidade. Ele acha que a prioridade não deve ser só dos idosos, mas também dos  
98 trabalhadores que são os que mais utilizam este transporte. Coloca em pauta também a  
99 questão o royalty do petróleo, o petróleo é uma discussão dentro do transporte, se já foi  
100 pronunciado pela presidenta que vai ser disponibilizado para a educação, então ele  
101 acha que é o mínimo ter o subsídio da municipalização desse transporte, pois esta  
102 falando de um país que tem a sexta economia do mundo. Tannús respondeu que em  
103 relação os royalties foram pelo Congresso 75% para a educação e 25% para a saúde,  
104 não tendo para o transporte. Em relação aos bairros mais afastados, a competência é

105 do transporte municipal e que a AGR trata do transporte intermunicipal. Ciro Borges,  
106 presidente da Câmara de Ouvidor, questionou a concessão de 15 anos e citou o  
107 exemplo de Ouvidor, onde uma empresa que presta serviço na linha da zona rural e não  
108 permite outra empresa entrar porque tem a concessão há anos. Tannús explicou que  
109 não tem outra empresa que queira prestar este serviço em Ouvidor, pois, passa na  
110 estrada de terra. Disse que tal empresa entrou na Justiça e que a AGR teve que  
111 autorizar a linha; no sistema novo, segundo ele, haverá novas linhas o que no atual, não  
112 é mais permitido. Um dos prefeitos da região disse que atualmente são nove horários de  
113 Três Ranchos a Catalão, os nove passando em Ouvidor e perguntou se, pelo novo  
114 sistema, pelo menos um horário irá direto para Catalão. Ele gostaria de saber se  
115 poderão ser incluídos, no mínimo, dois horários de ida e dois de volta. Tannús  
116 respondeu que já está definido o número de viagens e que os horários serão definidos  
117 depois. Será considerada a demanda sendo que será realizada pesquisa de campo.  
118 Milton Pires Batista, Gerente de Transportes da AGR disse que o sistema novo  
119 apresentado é só a proposta inicial que será implantada e que ninguém está fazendo  
120 um sistema rígido, ao contrário, este deverá sofrer alterações e que o mesmo está  
121 sendo desenvolvido pensando na população. Paulo Cesar Mota, estudante de Geografia  
122 exigiu ônibus de qualidade para todos e para ele, a licitação deveria ser em tempo  
123 menor já que o usuário paga à vista pelo transporte. O presidente afirmou que já  
124 respondeu várias questões sobre o passe livre e que concordava com reivindicações,  
125 mas que tais colocações se referem ao transporte municipal. Como não havia mais  
126 nenhum participante querendo se manifestar, a audiência pública foi encerrada com o  
127 presidente da AGR agradecendo a participação de todos. Nada mais havendo a tratar o  
128 Conselheiro Presidente da AGR agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência  
129 Pública nº 6, que para constar foi lavrada a presente ATA, que lida e achada conforme,  
130 vai devidamente assinada por mim, Gerente de Comunicação, pelo Gerente de  
131 Transportes e pelo Conselheiro Presidente da AGR.

132  
133 Humberto Tannús Jr.  
134 Conselheiro Presidente

135  
136 Dalvina Nogueira Vasconcelos  
137 Gerente de Comunicação

Milton Pires Batista  
Gerente de Transportes

138  
139  
140  
141  
142  
143  
144